



Anais da Assembléia

Nº 55

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1978

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Wilson Fortes (27; achando-se ausentes os Senhores Deputados: José Domingos Scarpellini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Maurício Fruet, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

EMENDA:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 135/77

Art. — Os atuais funcionários que contam com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço público, por ocasião da aposentadoria terão direito a incorporar a gratificação por serviços extraordinários, se os prestarem em, pelo menos, 18 (dezoito) meses consecutivos.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Os atuais funcionários públicos estaduais, inegavelmente prestaram, como vêm prestando, relevantes serviços em prol do desenvolvimento do Paraná. Seus vencimentos, porém, por contingência da situação econômica, foram, já em outras épocas, achatados. Conseqüentemente, há notável defasagem entre o vencimento nominal e o vencimento real, em relação aos funcionários federais e de outros Estados.

A presente emenda, portanto, virá reconhecer, se aprovada, a dedicação dos funcionários que contam com mais de trinta e cinco anos de serviços públicos e que durante dezoito meses consecutivos redobram esforços para, trabalhando em horas extraordinárias, contribuir com a causa do progresso. Em resumo, proporcionará condições para antecipar, em alguns meses, os direitos que adquiririam se prestassem três anos de serviços extraordinários, nos termos da legislação vigente. Embora infima a importância relativa à gratificação, muito representa ao orçamento das respectivas famílias, eis que passou a fazer parte integrante do mesmo.

Esperamos contar com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta emenda.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento em data de 27 do corrente, do Senhor Antônio Oliveira Franco.

Cidadão exemplar, ex-Prefeito do Município de Palmas, na gestão do Interventor Manoel Ribas, função na qual demonstrou todo o seu amor ao povo de Palmas, além de industrial e empresário daquela cidade.

Requer, outrossim, seja enviado cópias de inteiro teor do presente à família enlutada nas pessoas da viúva Assise de Oliveira Franco e seu genro Dr. José Maria de Araújo Perpétuo, residentes na cidade de Palmas.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, voto de pesar pelo falecimento da Senhora JUSTINA PAVIM DOS REIS, ocorrido dia 24 p.p., no Município de Curitiba.

A extinta era parte de uma das mais tradicionais famílias de Curitiba, Justina Pavim dos Reis, esposa do Senhor Dionísio Vieira dos Reis, irmã do ex-Prefeito do Município de Castelo Branco, Sr. Euclides Pavim. A extinta depois de trilhar uma vida de lutas e alegrias, junto a seus familiares deixa uma profunda lacuna entre seus parentes e amigos.

Outrossim, requer ainda, que se dê ciência à família enlutada através do endereço: Rua Santana, n.º 766 - Capanema, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Missionária Noemi Skare, ocorrida no sábado último, nesta Capital.

O acontecimento veio enlutar não apenas sua exemplar família e o povo evangélico paranaense, mas também a sociedade curitibana, que muito recebeu de sua notável operosidade, especialmente no setor da assistência social.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família, na pessoa do Rev. Nils Peter Skare, com quem era casada e à Igreja Batista Independente de Curitiba.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, requer seja formada uma Comissão Especial, composta por cinco Senhores Deputados, para repre-

sentar esta Casa, junto à 6.^a EXPOINGÁ — Exposição Agropecuária e Industrial que se realiza de 27 de maio a 4 de junho do corrente ano, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A 6.^a EXPOINGÁ — Exposição Feira Agropecuária e Industrial e o 1.^o Leilão de todas as Raças, que se realiza no Parque Exposição "Presidente Emílio Garrastazu Médici", na cidade de Maringá, representa na sua potencialidade o que de mais expressivo existe nos setores referidos, na região de Maringá e em outros pagos do Brasil, haja visto a afluência que se verifica naquele local, durante o evento.

A formação de uma Comissão de cinco Senhores Deputados, para representar este Poder nas cerimônias programadas, além de atender a convite da municipalidade, seria sem dúvida alguma, um prestigiamto do Legislativo Estadual a uma cidade que tanto tem feito pelo Paraná.

PROJETO DE LEI.

PROJETO DE LEI N.º 70/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito ao Arquiteto JAYME LERNER.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) OSVALDO MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Jayme Lerner é hoje uma das mais altas expressões intelectuais do Paraná.

Seu nome convive, de igual para igual, com a elite de peritos em urbanismo atuantes nos centros especializados do mundo.

Não há simpósio ou congresso, onde os problemas urbanos constituam o núcleo do temário, que a autoridade do arquiteto Jayme Lerner não seja invocada.

O paranaense Jayme Lerner, como urbanista, tornou-se presença obrigatória onde quer que se pensem ou repensem questões ligadas à qualidade de vida do homem, que é, segundo ele entende, o objetivo básico da política urbana.

Toda essa projeção, da qual o Paraná tanto se orgulha, procede do êxito que constituiu o exercício do cargo de Prefeito Municipal de Curitiba, de tal forma que se poderia dividir a história administrativa e paisagística da Capital em duas etapas bem distintas: antes e depois da gestão Jayme Lerner.

A transformação modernizadora que operou em Curitiba só pode resultar de uma genial vocação para vislumbrar o novo a partir de realidades aceitas como definitivas. E de singular habilidade para abrir caminho, por entre mil obstáculos, onde as prioridades naturalmente se alinhasssem numa ordem hierárquica modelar.

Jayme Lerner devolveu a cidade ao homem, tornando-a mais humana e aprazível, mas ao mesmo tempo lançou as bases de sua sustentação econômica, aliando com sucesso o binômio trabalho-lazer.

Sua larga visão do futuro se reflete na preparação de Curitiba para ser a grande metrópole do ano dois mil, isentando-a do pesado tributo lançado pela imprevidência à maioria dos centros urbanos.

Da aguda sensibilidade histórica, são testemunhas as medidas concretizadas na preservação do nosso patrimônio artístico e cultural, onde permaneceu, não o velho, mas o verdadeiramente tradicional, que é essência mesma do passado histórico.

De Jayme Lerner, para não alongar, poder-se-á dizer em síntese que é um cidadão, um profissional, um paranaense cuja personalidade enriquece o patrimônio comum dos seus concida-

ãos e que a sua fecunda obra, pelos abundantes frutos, cobre o Paraná de benefícios e a sua gente, de justo orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos voltando de uma peregrinação política, quando visitamos inúmeros municípios do Centro-Oeste do Estado do Paraná: Pitanga, Palmital, Manoel Ribas, Roncador e Mamborê.

E foi possível constatar, nessa nossa visita, a satisfação dos municípios do Centro-Oeste do Estado.

Satisfação porque os Prefeitos, eleitos em 1976, vêm desempenhando uma administração deveras eficiente.

Não há, Sr. Presidente, Srs. Deputados, naqueles municípios, qualquer insatisfação por parte de sua gente.

Tivemos também oportunidade de inaugurar, juntamente com companheiros da Aliança Renovadora Nacional, diversos grupos escolares de alvenaria, luz elétrica da COPEL, estradas vicinais, ligando às estradas mestras, ao asfalto.

Tivemos oportunidade também de inaugurar ampliações de Escolas de Comércio, ampliações de ginásios estaduais. E é por isso que achamos por bem, voltando dessa nossa peregrinação, vir a esta tribuna para, publicamente, trazer ao conhecimento da imprensa e do povo em geral, como andam as coisas no interior do Estado do Paraná.

Também é grande, Sr. Presidente, a satisfação dos Prefeitos pelo atendimento que vêm recebendo às suas reivindicações por parte do Governador Jayme Canet Júnior, que, inegavelmente, não tem faltado nas horas em que aqueles Prefeitos aqui acorrem para pedir a assinatura de convênios que beneficiem seus municípios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é do conhecimento de todos, que a região Centro-Oeste do Paraná é uma das mais beneficiadas pelo Governador Jayme Canet Júnior, durante seu mandato.

O Centro-Oeste recebeu, está recebendo estradas asfaltadas que ligam Guarapuava-Iretama-Pitanga-Campo Mourão. A estrada asfaltada que liga Guarapuava-Pitanga-Ivaiporã-Manoel Ribas. A estrada asfaltada que liga Guarapuava-Pitanga-Palmital.

Conseqüentemente, falando-se tão somente em estradas asfaltadas, observamos isso.

Mas, o Município de Pitanga recebe energia elétrica da COPEL, em todos seus distritos, onde existem 10 ou 15 casas, lá chega a energia elétrica da COPEL.

Grupos escolares de alvenaria estão sendo construídos em todos os distritos; ginásios distritais também estão sendo construídos em todos os distritos do Centro-Oeste, que acabo de mencionar.

E agora, para maior alegria, para maior satisfação nossa e de nossa gente, os Prefeitos de Pitanga e Palmital, João Gonçalves Padilha e José de Andrade, acabam de assinar, em 24 do corrente, convênio para que os distritos de Nova Terra-Pitanga e Altamira-Palmital fossem agraciados com os serviços de telefone.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, grandes são os benefícios, o progresso, que vêm recebendo os Municípios do Centro-Oeste, desde o mínimo, ao máximo, como é o caso dos serviços telefônicos.

E é por isso, Sr. Presidente, que quando voltamos de uma visita àquela região, nos sentimos como políticos realizados. Porque, quando iniciamos a nossa luta nesta Assembléia, exercemos o primeiro mandato de Deputado, viemos com aquele ideal de que, quando terminássemos nosso mandato, haveríamos de, juntamente com nossos companheiros, com nossos Pre-

feitos, com nossas Câmaras de Vereadores, termos feito alguma coisa que justificasse nossa passagem por esta Casa.

Mas, Sr. Presidente, tudo isso foi possível, tudo isso foi conseguido, porque tivemos um administrador como o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, homem que, desde o primeiro dia de seu mandato, se identificou plenamente com a gente do interior. E foi no interior que S. Ex.^a procurou dar o mais de sua administração, atendendo, principalmente, os municípios menos favorecidos. Porque entendeu S. Ex.^a que não é só nas grandes cidades, nas cidades polos, que deveria sua administração estar voltada. Mas, S. Ex.^a olhou justamente para os pequenos e médios municípios do Estado. E foi nessês municípios que S. Ex.^a desenvolveu melhor sua administração, deu o maior de sua atenção.

E é talvez por isso que, Sr. Presidente, tenho até vontade de ser novamente candidato a Deputado Estadual, de pleitear uma reeleição, junto aos meus companheiros, porque, graças a esses atendimentos é que volto aos meus municípios, sempre olhando de cabeça erguida para os meus companheiros, eis que entendemos que eles, quando em nós depositaram a sua confiança, foi pensando assim em melhores dias para aquela gente, porque nós vivemos, nós moramos e lutamos, no interior.

Então, como homem do interior, como Deputado vindo do Centro-Oeste tendo, como origem, o Município de Pitanga, eu fico aqui a pensar: como, Sr. Presidente, que alguém ainda pode, ou quer, criticar uma administração como a de Jayme Canet Júnior e dos Prefeitos do Centro-Oeste do Paraná?!

Mas, eu queria, Sr. Presidente, fazer uma referência toda especial a um município, o Município de Mamborê, um município que, realmente é um dos maiores produtores de soja do Estado, município cuja área, de 46 mil quilômetros aproximadamente, tem 90% desta área, mecanizada e, por esta razão, é um município essencialmente agrícola. É um município que produz, além do trigo, do soja, produz o milho, produz o feijão, produz quase todos os tipos de cereais e está à beira da BR que liga Campo Mourão, ou seja, da 369, Campo Mourão a Cascavel. E ainda existem pessoas, Sr. Presidente, que procuram, maldosamente, criticar esta administração, administração do Prefeito de Mamborê, Sr. Ubiraci Messias, porém, quando procuram criticar, criticam, sem terem conhecimento da situação administrativa daquele município, o Município de Mamborê.

O Município de Mamborê já recebeu inúmeras escolas, todas de alvenaria, recebeu telefone distrital, o Município de Juranda hoje já tem o serviço de telefone, Juranda já tem um ginásio estadual; os outros lugares — porque Mamborê só tem um município, só tem um distrito — já receberam escolas, receberam serviço de energia elétrica da COPEL; Mamborê, hoje, conta com o ginásio, ampliado; conta com a Escola Normal, ampliada por diversas salas de aula, todas elas dadas, graciosamente, pelo Governador Jayme Canet Júnior.

Agora, há poucos dias, foi assinado ainda um convênio ou melhor, um contrato para asfaltamento do acesso que liga a 369 à cidade de Mamborê. A firma ganhadora da concorrência foi a Consul que deverá, em breve, dar início àquelas obras. A cidade de Mamborê que até 1976 não tinha dentro do seu perímetro urbano, sequer um metro de asfalto, hoje já tem inúmeras ruas asfaltadas. Deverá também, imediatamente, ser iniciado, porque a firma também, ganhadora da concorrência, deverá se transportar para lá, para dar início imediatamente ao serviço de água.

Então, entendemos que quando dessas críticas maldosas e infundadas e até mentirosas, Senhor Presidente, quando pessoas que não têm o mínimo conhecimento da administração de Mamborê, ocupa uma coluna de um jornal que consideramos de grande penetração, de grande conceito no Estado, para, através desta coluna, dar uma imagem totalmente inverídica da realidade de Mamborê. Causa-nos também tristeza, porque se este

repórter que por lá passou, que lá esteve, para fazer uma cobertura jornalística do Município de Mamborê, não foi com segundas intenções, porque não conseguiu, Senhor Presidente, arrancar os benefícios próprios para a sua campanha porque o Município de Mamborê que tem um Prefeito arenista e que vem fazendo uma extraordinária administração, não dá condições para que este pretense candidato, penetre aquele município, mas foi através de uma reportagem que ele pretendia fazer, mas mesmo assim, não no sentido de promover Mamborê, mas tão somente, no sentido de carrear para ele os benefícios dessa sua reportagem. E, o Prefeito, como moço que é, inteligente que é, não quis se submeter aos caprichos daquele repórter; não quis fazer o pagamento exigido por aquele repórter para a devida cobertura; e, recebeu em troca, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma maldosa, uma maldosa nota que não condiz, absolutamente, com o jornal para o qual ele escreve. E, tenho certeza que, escrevia porque não vai escrever mais. Esse repórter que usava, também, o Canal 4, também, não vai usar mais; e, talvez, os Prefeitos, os municípios daquela região, onde são atingidos, maldosamente, por esse repórter, muito em breve estejam livres das maldades daquele repórter.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Hélio Duque, candidato a Deputado Federal pelo Movimento Democrático Brasileiro, é a pessoa que, maldosamente, escreveu uma reportagem — "Mamborê - Dias Amargos".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ele deveria escrever: — "Mamborê - Dias Alegres", porque se hoje, Sr. Presidente, a ARENA desfruta, eu tenho certeza, de muito mais de 50% dos eleitores daquele município, devemos à administração de Ubiraci.

E eu desafio, nas eleições de 1978, as que se aproximam, o resultado eleitoral daquele Município, lá ganhará, Sr. Presidente, o candidato a Senador da ARENA, os candidatos a Deputado Estadual e Deputado Federal, não tenho dúvida, porque a administração de Ubiraci é que nos proporcionará essa vitória.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Entendemos que o Centro-Oeste que já parte do Noroeste forma o Município de Mamborê estão totalmente atendidos, totalmente enquadrados na administração do Estado. E ao voltar à minha região, a Mamborê, principalmente, eu quero que os nossos companheiros ergam a cabeça, que não se preocupem com reportagens maldosas de um apenas, de um elemento que não conseguiu penetração, que não conseguiu o mínimo esquema, que não conseguiu a amizade da gente de Mamborê. Que o Sr. Hélio Duque modifique a sua maneira de fazer política, porque tenho certeza, que dentro de poucos dias ele deixará de usar este jornal e o Canal 4 e terá que fazer a sua política às suas próprias expensas. Porque sem a cobertura do jornal, sem a cobertura da TV, não acreditamos que o Sr. Hélio Duque chegue à Câmara dos Deputados, em Brasília.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ao mesmo tempo que lamentamos ter que vir a esta tribuna para desmentir as críticas infundadas, seria tão bom, seria da nossa satisfação por aqui passar e dizer a todos, dizer aos nossos companheiros, aos nossos colegas do M.D.B. que tudo vai bem e que vai ganhar a ARENA, mas que o M.D.B. está aceitando, que o M.D.B. aceita mais uma derrota.

O Sr. Lineu Turra — (Aparte inaudível)

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Ex.^a não tem condições nem de pedir aparte e **V. Ex.^a** não ganhou eleição nem em seu município e jamais vai ganhar.

O Sr. Lineu Turra — V. Ex.^a está equivocado. Eu ganhei com muito mais votos do que **V. Ex.^a**.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Se eu perder no meu município eu não volto lá.

O dia que eu perder, Sr. Deputado, eleição no meu município, eu desvio, vou passar de avião ou de helicóptero. Por terra

eu não passo, porque entendo que um Deputado que não tem liderança para ganhar uma eleição no seu município, não tem condições de voltar lá.

O Sr. Lineu Turra — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Jurandir Messias, esse problema de eleição, de ganhar ou perder a eleição, é um processo dinâmico e V. Ex.^a bem sabe. Eu, e para dizer a verdade, não só eu mas perdemos em muitos municípios e em muitos municípios nós ganhamos também. V. Ex.^a sabe que no município em que a Arena tinha liderança há 13 anos, nós somamos dois candidatos da Arena com o meu irmão. E eu liderei lá a campanha política. Na verdade perdemos a eleição no Município de Palmeira, porque Palmeira é um município em que as correntes políticas, tanto o M.D.B. como a Arena, são muitíssimas disputadas, isso há muitos anos. As eleições, as sucessões, vêm se revezando, se alternando, por vezes do MDB, por vezes da ARENA, quer dizer que o MDB já ganhou, e temos a certeza que ganharemos a seguinte.

E o processo vem normalmente caminhando no Município de Palmeira. Eu não me sinto derrotado, e posso dizer a V. Ex.^a que nessas próximas eleições, farei mais de sessenta por cento dos votos do meu município que é Palmeira. Portanto, eu como um homem de Palmeira, que nasci e vivi em Palmeira, posso dizer a V. Ex.^a que voltarei lá, para trazer a vitória do meu partido em 15 de novembro de 1978. E posso dizer mais a V. Ex.^a que eleição é imprevisível. Tenho conhecimento que no município de V. Ex.^a o MDB é franco favorito, ganhará lá o Senador do MDB e ganhará o candidato a Deputado Estadual do MDB. Portanto, V. Ex.^a fique tranqüilo que não é tão fácil assim como V. Ex.^a está dizendo, afirmando "a priori", que vai vencer as eleições nos municípios que bem V. Ex.^a representa nesta Casa.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Ex.^a realmente, poderá ganhar a eleição de Palmeira, desde que, mais uma vez, a ARENA lhe apoie, porque V. Ex.^a só ganhou uma eleição de Prefeito, como candidato da ARENA, o Sr. Joel era um arenista, por motivos óbvios encaixou-se no MDB e conseguiu...

O Sr. Lineu Turra — (Interferindo) — Isso prova que V. Ex.^a não conhece a situação política quanto cita Palmeira. Ganhamos as eleições com um candidato do PTB e ganhamos com um candidato do MDB.

Então V. Ex.^a não conhece a política do Município de Palmeira.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado, nós estamos no presente, não falemos em termos de passado. Eu desafio desta tribuna V. Ex.^a o que decide uma teima o que que é, é uma aposta.

Eu aposto com V. Ex.^a desço aqui ao encerrar a minha passagem, e aposto com V. Ex.^a, V. Ex.^a não faz os sessenta por cento no seu município e eu faço no meu.

O SR. PRESIDENTE (Faz soar os tímpanos, devido a conversas paralelas) — A Presidência lamenta informar ao eminente Deputado Jurandir Messias, todavia, o tempo que V. Ex.^a dispunha, Deputado, já se esgotou. Concede-lhe tempo para as conclusões.

O Sr. Ernesto Gnoato — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento) — Deputado Jurandir Messias, V. Ex.^a falou em nome de Hélio Duque. Eu queria ter a capacidade de 1/3 dos votos de Hélio Duque na nossa região e na região de V. Ex.^a. Eu tenho a certeza que Hélio Duque e Álvaro Dias, vão somar mais de seiscentos mil votos para o MDB. Eu tenho certeza que na sua região, Hélio Duque será o Deputado Federal do MDB mais votado.

Era só isso.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço, e acredito que do MDB possa ser.

Eu não sei quantos votos fará o MDB lá, se dois mil ou mil ou quinhentos votos. Pode ser que nesses ele seja mais

votado. Agora, de um modo geral, V. Ex.^a vai ter paciência, a ARENA ainda vai, para dominar naquela região tranqüilamente, hoje estou aqui, volto se Deus quiser, para um outro mandato, para novamente ratificar as minhas palavras de hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Encerrando, queremos que fique bem claro: que Mamborê não passa por dias amargos; que Mamborê está perfeitamente, a sua gente, entrosada com o Sr. Prefeito Municipal. Que se Mamborê ainda não tem uma Prefeitura modelo, que um prédio de madeira antiquíssimo Não cabe a culpa, ao atual Prefeito, mesmo porque já existe o projeto, e já foi aberta a concorrência para a construção de um novo prédio onde funcionará a Prefeitura de Mamborê.

Tudo aquilo que falta a Mamborê já está providenciado, já estão as suas obras por serem iniciadas e tenho certeza, que até o fim do mandato de Jayne Canet Júnior, já possamos inaugurar muitíssimas destas obras iniciadas pelo atual Prefeito de Mamborê. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o horário que lhe é reservado. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja usar o horário que lhe é reservado. (Pausa) (Declina)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

A Presidência informa ao Plenário que o Projeto de Lei n.º 177/77, esgotados os prazos de 15 dias para recebimento de emendas, será devolvido à Comissão Especial, que deverá interpor parecer sobre as emendas, no prazo de 12 dias.

Fica portanto o Sr. Deputado Muggiati Filho, presidente da Comissão Especial e o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, relator da Comissão Especial, que deve emitir parecer sobre o Projeto de Lei n.º 177/77, Mensagem Governamental n.º 131/77 — encaminha anteprojeto de lei que dispõe sobre a nova estrutura e Quadro Especial de Procuradores e Advogados de Procuradores da Procuradoria Geral do Estado, que a Presidência coloca o referido projeto de lei à disposição da Comissão.

Terá o prazo máximo de doze dias, para interpor parecer.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, consulto V. Ex.^a se na sessão corrente, foi proposta ou aceita alguma emenda ao projeto?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Houve tentativa de apresentação de emendas. Todavia, como o prazo se encerrou a 26 do corrente, a Presidência recusou as emendas, portanto já estava com o despacho pronto. E o despacho estava: "À Comissão Especial, com emendas de Plenário de n.º 1 a 10, para os fins do artigo 189, parágrafo 4.º do Regimento Interno.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Obrigado.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda ao Projeto de Lei n.º 135/77, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiada. Será anexada ao projeto.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere e depois de alertados os Srs. Deputados, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(Faz soar os tímpanos)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada nominal 21 Srs. Deputados. Não há "quorum"

para deliberação. Todavia, há "quorum" para discussão das matérias.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 09/78, que denomina ANITA LOPES CANET o Hospital Regional de Cascavel, localizado na referida cidade. — **Encerrada a discussão.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 09/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominado ANITA LOPES CANET o Hospital de Cascavel, localizado na referida cidade.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente e Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 16/78, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO DE APUCARANA, com sede e foro na cidade de Apucarana. **Encerrada a discussão.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 16/78.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO DE APUCARANA, com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 18/78, que autoriza o Poder Executivo a denominar ESCOLA POLIVALENTE PROFESSORA MARIA DO ROSÁRIO CASTALDI — ENSINO DE 2.º GRAU, a unidade escolar localizada no Jardim Bandeirantes, da cidade de Londrina. — **Encerrada a discussão.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 18/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar ESCOLA POLIVALENTE PROFESSORA MARIA DO ROSÁRIO CASTALDI — ENSINO DE 2.º GRAU, a unidade escolar localizada no Jardim Bandeirantes, na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 21/78, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS MENINO DEUS — ASEMD, com sede nesta Capital. — **Encerrada a discussão.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 21/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS MENINO DEUS — ASEMD, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1978.

Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/78, de autoria do Deputado LINEU TURRA, que inclui no Plano Rodoviário Estadual para pavimentação asfáltica a estrada PALMEIRA — SÃO JOÃO DO TRIUNFO — SÃO MATEUS DO SUL. Com parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria e FAVORÁVEIS da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 135/77, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que dá nova redação conforme específica, ao artigo 171, da Lei n.º 6174, de 16/11/70. (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA** — Sobre o referido projeto, há uma emenda. — Em discussão o projeto e emenda. — **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni que doa ao Município de MEDIANEIRA, lotes rurais que especifica, para construção do Aeroporto local. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 08/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficam doados ao Município de Medianeira, Estado do Paraná, partes dos lotes rurais nº 75, 76, 77, 78, 79 e 80, com as áreas de 18.000m², 19.000m², 19.500m², 22.000m², 34.010m² e 8.590m², respectivamente, PARTE DO LOTE RURAL n.º 76, com a área de 8.930m², PARTE DO LOTE RURAL n.º 78, com a área de 10.880m² e PARTE DO LOTE n.º 77, com a área de 11.040m², perfazendo um total de 151.950m², ou sejam 15.1950 hectares, situada no 4.º Polígono, neste município, sem benfeitorias, tendo as seguintes confrontações: partes dos lotes n.ºs 75, 76, 77, 78, 79 e 80 confrontam: ao Norte com a Estrada Estadual — Medianeira — Barracão; ao Sul com partes restantes dos lotes rurais n.ºs 75, 76, 77, 78, 79 e 80; a Leste com a Estrada Estadual Medianeira — Barracão e parte restante do lote rural n.º 75 e a Oeste com partes restantes dos lotes rurais n.ºs 75, 76, 77, 78, 79 e 80; Parte do lote rural n.º 76, confronta: ao Norte com a área do campo da Aviação; e o lote rural n.º 77; ao Sul com o lote rural n.º 73 e parte restante do lote 76; a Leste com a área do campo de aviação e o lote rural n.º 75 e a Oeste com parte restante do lote rural n.º 76 e o lote rural n.º 77; Parte do lote rural n.º 78 confronta: ao Norte com a área do campo de aviação; ao Sul com o lote n.º 77 e parte restante do 78; a Leste com a área do campo de aviação e o lote rural n.º 77 e a Oeste com parte restante do lote n.º 78 e a área do campo de aviação/Parte do lote rural n.º 77 confronta: ao Norte com a área do campo de aviação e o lote rural n.º 78; ao Sul com o lote rural n.º 76 e parte restante do 77; a Leste com a área do campo de aviação e o lote rural n.º 76 e a Oeste com parte restante do lote n.º 77 e o lote rural n.º 78; devidamente transcritos no Registro Geral de imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu, as fls. 57, do Livro n.º 3-N, sob n.ºs 14.829, 14.832, 14.833 e 14.831, respectivamente, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo principal dotar o Município de Medianeira de seu próprio aeroporto.

Os lotes rurais objetos deste Projeto foram doados há dez anos atrás ao Estado do Paraná, com fim específico, ou seja, para construção do aeroporto do município. Todavia como até a presente data o Governo do Estado não cumpriu com o fim específico estabelecido em escritura pública e nem está nos planos do Poder Executivo tal empreendimento, a Prefeitura Municipal de Medianeira está disposta a construir o seu próprio aeroporto, necessitando apenas da doação do terreno em pauta.

Verificando os termos constantes da escritura, constatamos que nenhum impedimento existe, pois quando da doação ao Estado do Paraná, a única exigência estabelecida pela doadora é que ali se construísse um aeroporto.

Assim sendo, o nosso projeto de lei está perfeitamente enquadrado aos termos da escritura anexa, necessitando apenas da aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 08/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente Projeto de Lei n.º 08/78, tem por finalidade doar ao Município de Medianeira, os imóveis que especifica, destinados à construção do aeroporto local.

Pela justificativa apresentada, temos que os imóveis objeto da doação, foram entregues ao Estado para o fim específico da construção do aeroporto local, face ao não cumprimento por parte do Estado das cláusulas vigorantes na escritura de doação, é proposta a reversão a fim de que o aeroporto de Medianeira seja construído às expensas da própria municipalidade.

Esta justificativa é plenamente convincente o que nos dá condições para opinar favoravelmente ao projeto, já que nada há, legal ou constitucionalmente, que possa impedir a sua APROVAÇÃO por esta Casa.

Pela aprovação é o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 08/78

PARECER

Objetivo do presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, vem a ser o de doar ao Município de Medianeira, lotes de terrenos rurais conforme especifica, para a construção do aeroporto local.

Sobre a matéria, analisando a legalidade e constitucionalidade, houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, restrita a análise do projeto sobre o aspecto financeiro, temos que o objetivo do mesmo é plenamente cabível, não havendo qualquer impedimento de ordem financeira, que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa.

Pela APROVAÇÃO é o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de março de 1978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Edilson Alencar, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI N.º 08/78

PARECER

O presente Projeto de Lei n.º 08/78, de autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, tem por finalidade autorizar a doação pelo Executivo, de área de terras que especifica, ao Município de Medianeira, para a construção do aeroporto local.

Sobre o projeto houve a manifestação favorável das duas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Analisando-se o mérito do projeto, no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, temos que, de acordo com a justificativa apresentada, das mais meritórias e justas é a sua finalidade.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 1978.

(aa) Egon Pudell, Presidente; Fuad Nacli, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 04/78, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que estabelece critérios para provimento de cargos de Consultor Legislativo, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O acesso aos cargos de Consultor Legislativo e Auxiliar Técnico, de que trata o parágrafo 2.º, do artigo 1.º, da Lei n.º 6965, de 20 de dezembro de 1977, será feito por teste de seleção e prova de títulos, podendo concorrer apenas os funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, portadores de diploma de nível universitário.

Art. 2.º — O acesso ao cargo de Secretário de Comissão obedecerá o mesmo critério estabelecido no artigo anterior, excluída a exigência do diploma de nível universitário.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1978.

(aa) Ivo Thomazoni, Presidente; Quielse Crisóstomo, Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/78

PARECER

O presente projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, visa estabelecer critérios para provimento dos cargos de Consultor Legislativo, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, no Quadro da Assembléia Legislativa.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente à sua Aprovação.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, temos a matéria visa dar critérios e estabelecer normas compatíveis para o provimento de cargos de nível superior nesta Casa, não havendo impedimento algum que possa obstar a sua tramitação e a sua conseqüente aprovação.

Assim o nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1978.

(a) Nelson Buffara, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/78

PARECER

1. Tem por finalidade o presente projeto de resolução de autoria da egrégia Comissão Executiva, adotar normas para provimento dos cargos de Consultor Legislativo, Auxiliar Técnico e Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

2. A iniciativa em questão vem articulada e devidamente justificada, atendendo, desta forma, o que estabelece o art. 123, do Regimento Interno.

3. Referido plano de lei, ora em exame, não apresenta

qualquer óbice, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional, que se anteponha a sua livre tramitação.

4. Assim, pois, somos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1978

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Maurício Fruet, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 62/78 — aprova convênio celebrado, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA AURORA, objetivando reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 64/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA, objetivando reparos no prédio do Posto de Saúde daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 67/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando reparos nos prédios do Ginásio Estadual Castelo Branco e o Grupo Escolar Castro Alves, na sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 72/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CONSELHEIRO MAIRINK, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Dona Macária, da sede daquele Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 81/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças, FAMEPAR e o Município de Apucarana, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 82/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria de Finanças, FAMEPAR e o Município de ARA-PONGAS, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do imposto Único sobre

Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, para representar esta Casa, junto à 6.^a Expoingá, que se realiza em Maringá. — Aprovado.

As lideranças deverão indicar os membros para comporem a referida comissão, mantida à proporcionalidade que lhe couber.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Justina Pavim dos Reis. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Missionária Noemi Skare. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Oliveira Franco. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Coordenadoria Regional da EBCT — encarecendo ampliação do perímetro de entrega a domicílio de correspondência na cidade de Maringá. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja elevado o número de impulsos gratuitos para fins comerciais, na cidade de Maringá. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, em forma de apelo, no sentido de que Sua Excelência proceda o ato maior de sua gestão frente ao MEC, e que todos os paranaenses anseiam: federalizar as Universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, e determinar a formação de processos necessários para a criação das Universidades do Oeste e do Litoral do Estado. — Encerrada a discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Consultaria à Mesa, Sr. Presidente, sobre se já foi designada a data para a convocação do Sr. Secretário de Segurança Pública?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem a informação, Sr. Deputado, que Sua Excelência já encaminhou expediente a esta Casa, designando o dia e hora do seu comparecimento a esta Casa, o que ocorrerá num dos dias da próxima semana. A Presidência não pode precisar exatamente o dia e hora, mas tem conhecimento, por contato telefônico, de que já foi expedido ofício, daquela Secretaria, comunicando.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, requereria à Mesa, que se informasse ao Plenário com uma antecedência de vinte e quatro horas, a convocação do Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência providenciará e comunicará, durante a sessão.

A Presidência já tem uma informação a prestar ao Deputado Nilso Sguarezi:

Já está marcada a vinda do Sr. Secretário de Segurança Pública, para o dia 6, terça-feira da próxima semana.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, é sobre o prazo para a apresentação de emendas.

O Projeto de Lei n.º 177/77, relativo a Procuradoria Geral do Estado e a sua estruturação, tem uma tramitação especial pelo Plenário, Sr. Presidente.

Ocorre que a Mesa anunciou que, o prazo de quinze

dias para que o processo recebesse emendas, terminaria na sexta-feira.

Segundo os termos do Regimento Interno, o processo recebe emendas, permanecendo sobre a mesa.

Bem.

Ocorre o seguinte, Sr. Presidente: o Regimento Interno da Casa não disciplina como disciplina, por exemplo, o Código de Processo Civil, o decurso de prazo, ou seja, os dias que são excluídos da contagem e os dias que se incluem na contagem.

Assim tem sido, inegavelmente, praxe nesta Casa, que os prazos se contem do dia seguinte àquele em que começa a decorrer, e seja feriado ou não, isto com relação a esta Casa, até o último dia do prazo. Mas este último dia do prazo, sempre se inclui à Mesa, ele inclui à Mesa, funcionando durante o expediente final do dia.

Bem.

O que ocorre, e tendo em vista que nós estamos na Presidência desta Comissão Especial, e nos preocupa causar qualquer lesão ao direito de colegas nossos, que pretendam oferecer ainda hoje emendas, é que nós levantamos ante V. Ex.^a este problema.

Se sexta-feira o expediente da Mesa foi somente na parte inicial do dia, ou seja, na parte da manhã, o prazo que deveria se vencer ao final do dia, deve ser prorrogado para se vencer no expediente de hoje, porque, caso contrário, os colegas que procuraram ou que se lembraram de entregar as emendas, ou que tiveram a oportunidade de concluir suas emendas no expediente da tarde de sexta-feira, estão como no caso dessas emendas, cujo teor eu ignoro mas que estão em minhas mãos, sem oportunidade para encaminharem à Mesa onde ainda está o projeto. Portanto, nós que não temos o projeto em mãos, não podemos receber as emendas. A Mesa está com o projeto sobre a mesa, e quer me parecer que, ressaltada a sua responsabilidade, ou seja, deixando para que a Comissão opine a respeito, para que o próprio Plenário decida posteriormente a respeito sobre a tempestividade destas emendas, tomaria a liberdade de pedir à Presidência, que recebesse em termos essas emendas, determinando a juntada das mesmas ao processo legislativo, para que seja a deliberação a ser tomada sobre as mesmas, de conhecimento da Comissão Especial, e futuramente, pelo próprio Plenário.

Era o que requereria a V. Ex.^a, Sr. Presidente, a fim de ressaltar o direito de Deputados no exercício de suas atribuições, que querem oferecer emendas e que entendem, essas emendas estariam ainda, com a oportunidade aberta sobre a mesa, para serem apresentadas, uma vez que até é discutível se ainda posteriormente, quando voltar a funcionar a Comissão, possam ou não ser apresentadas emendas. Então, como o assunto é elástico, realmente, o Regimento Interno é precário em seus esclarecimentos sobre a matéria, em suas determinações sobre a matéria, requeiro a V. Ex.^a que receba as emendas que estão sendo apresentadas sobre a matéria, pelos interessados, membros desta Casa, no uso de suas atribuições, para posterior resolução, inclusive quanto à oportunidade ou não do seu recebimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Deputado Muggiati Filho.

A Presidência havia despachado, em data de 05 do corrente mês, processo contendo Projeto de Lei nº 177/77, em que abria prazo de 15 dias corridos para apresentação de emendas nos termos regimentais.

Na sessão de quarta-feira da última semana, portanto no dia 24, a Mesa, se apercebendo de que na quinta-feira, dia 25, por ser feriado nacional, a Assembléia não funcionaria, a Presidência alertou o Plenário de que o prazo se expiraria a 26, sexta-feira.

Fez questão a Mesa, de lembrar o Plenário da decorrência do prazo, para evitar exatamente, ocorrência que ocorreu na

sessão de hoje.

As emendas, quando chegaram à Mesa, já ao final da sessão, deveriam ter sido, se fosse o caso, apresentadas ainda durante a Hora do Expediente, antes portanto, da Ordem do Dia, a Presidência já havia despachado à Comissão Especial com as emendas de Plenário, enumeradas de 01 a 10, para os fins do artigo 189, parágrafo quarto do Regimento Interno. Mas a Presidência teve uma outra preocupação:

Procurou verificar no Regimento Interno, se há vedação a que a Presidência da Comissão Especial receba as emendas para abrigá-las, ou não, por ocasião do parecer que deve emitir nos termos do parágrafo quarto do artigo 189, e não constatou, a Presidência, embora não autorize também, não veda, à Comissão, o recebimento de emendas durante a discussão do projeto e emendas de Plenário.

Quer me parecer que V. Ex.^a, Sr. Deputado Muggiati Filho, como Presidente da Comissão, poderá discutir, a nível de comissão, a oportunidade ou não do recebimento das emendas pretendidas pelos Senhores Deputados.

Informa mais, não haver sido ainda, publicado em avulso o projeto e as emendas; providência que a Mesa virá a adotar depois de recebido da Comissão Especial, o parecer que a Comissão interporá no prazo máximo de 12 dias, a contar da presente data.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente . . .

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência devolve a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu gostaria apenas, de ponderar o seguinte, se V. Ex.^a me permite:

Preliminarmente, pediria a V. Ex.^a que permitisse à Presidência da Comissão, juntar essas emendas ao processo, porque eu não posso receber, ficando com as emendas em meu poder, sem ter o processo. Então, peço a V. Ex.^a divida comigo esse encargo, de modo que as notas taquigráficas seriam juntadas ao processo, se for o caso, para confirmar essa determinação regimental que a Mesa adotou, que seria então, recebido pela Presidência, junta ao processo para que possa se dar formalidade a essa juntada.

Veja bem, Sr. Presidente, que V. Ex.^a citou o art. 189, e, realmente, o art. 189, no parágrafo quarto, diz: "Após o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de 12 dias". Realmente, nada impede, quer me parecer que nada impede, nessa altura, que a Presidência receba e ordene a juntada das emendas ao processo.

De modo que, se V. Ex.^a quiser confirmar isso pelas notas taquigráficas, essa parte da sessão ficaria então, encaminhado o assunto e resolvido o problema de ordem interna.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência despachará da seguinte forma as emendas: Junte-se ao processo para que a Comissão Especial decida sobre o recebimento.

O SR. MUGGIATI FILHO — Ótimo.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Dividiremos responsabilidades.

São as seguintes emendas apresentadas. (Lê):

"EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 177/77

Substitua-se o artigo 6.º "caput", pelo seguinte:

"Art. 6.º — O Conselho da Procuradoria Geral do Estado, compor-se-á de quatro (04) membros, integrantes da carreira de Procurador do Estado, sendo dois (02) de 1.ª classe, um (01) de 2.ª classe e um (01) de 3.ª classe".

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: Trajano Bastos.

JUSTIFICATIVA:

O art. 7.º, enumerando a competência do Conselho dá-lhe poderes para apreciar problemas de ordem disciplinar, aplicar penalidades; organizar e julgar concursos, bem como

organizar listas de antiguidade e merecimento, processando e julgando reclamações sobre classificação, entre outros relevantes encargos.

Não é justo que defira tantos poderes aos ocupantes dos cargos iniciais de carreira, podendo, inclusive, ocorrer a possibilidade de que os quatro (04) mais modernos venham a integrar simultaneamente o Conselho, fato que viria, inevitavelmente, desprestigiar os mais antigos.

A fórmula proposta parece-nos mais justa e oportuna, dentro do objetivo a que se destina tal Conselho.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. — No caso de promoção da classe inicial da carreira de advogado, o primeiro desempate será determinado pela classificação obtida no concurso interno."

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

É critério semelhante ao adotado pelo artigo 83, parágrafo único da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado).

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Acrescente-se §§ 4.º e 5.º ao artigo 8.º, corrigindo-se o texto onde diz "parágrafo único" para § 3.º, da seguinte forma:

"§ 3.º — O Corregedor poderá ser auxiliado por funcionário da Procuradoria Geral do Estado.

§ 4.º — Em caso de vacância, o cargo de Corregedor será ocupado pelo Procurador mais antigo, até ser procedida nova nomeação.

§ 5.º — Se a vacância ocorrer após o início do último semestre do biênio, o Corregedor nomeado na forma do parágrafo anterior poderá ser reconduzido."

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Por um novo equívoco na elaboração do anteprojeto, aparece um "parágrafo único" após o § 2.º.

Da mesma forma, no caso de vacância, a Corregedoria não poderá ficar acéfala até a nomeação de novo titular.

O critério de substituição que propomos, parece vir completar o artigo 8.º.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Suprima-se do parágrafo único do artigo 14, as seguintes expressões:

"observado o disposto no artigo 46".

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Essa parte final do texto parece colidir com o disposto no Estatuto do Ministério Público.

Por outro lado, o problema da participação na verba de honorários poderá ser tratado independentemente de constar expressamente no texto desta lei, a fim de evitar-se situação semelhante à da cédula rural, conhecidíssima nos meios forenses.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Acrescente-se § 4.º ao artigo 6.º, dispondo:

"§ 4.º — O suplente designado para completar o biênio quando a vacância ocorrer após o início do último semestre, poderá concorrer à recondução como efetivo."

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Não é justo que um suplente seja impedido de ser aproveitado como efetivo no biênio seguinte, salvo se ocupar esse cargo por período superior a 6 (seis) meses.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. — Computar-se-á, para todos os efeitos legais, o tempo de advocacia, até o máximo de 10 (dez) anos, comprovado pela inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil ou contribuições ao Instituto Nacional de Previdência Social ou certidões expedidas por cartórios do foro judicial, para ocupantes de cargos efetivos para o qual se exige habilitação de Bacharel em Direito."

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: ACCIOLY NETO e TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O texto ora apresentado, é o mesmo do projeto de lei que assinamos em conjunto com os Deputados Accioly Neto, Enéas Faria e Luiz Gabriel Sampaio, o qual está tramitando nesta Casa.

Idêntica norma já vem sendo aplicada em nosso Estado, através do disposto no artigo 132 do Código de Organização e Divisão Judiciárias, cujo texto é oriundo do artigo 140 da Lei n.º 5809, de 15 de julho de 1968.

A carreira de Procurador ou de advogado, a exemplo do Ministério Público, deve ser contemplada com idêntico benefício, o qual, por razões desconhecidas, no momento é deferido tão somente aos magistrados do Paraná.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Substitua-se o item IV do artigo 7.º, pelo seguinte:

"IV — organizar listas de antiguidade e merecimento para promoção na carreira de procurador, procedendo à respectiva indicação."

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A recusa do mais antigo, por decisão dos próprios colegas, parece dar vazão a decisões políticas e defesa de interesses pessoais, em detrimento à aplicação das demais normas já existentes, consistindo em flagrante lesão ao direito adquirido.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Substitua-se o item VI, do artigo 7.º, pelo seguinte:

"VI — processar e julgar, em primeira instância, reclamações sobre classificação ou exclusão das listas de concurso para ingresso ou de remoção ou promoção na carreira de Procurador."

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Evidentemente, tratando-se de comissão formada pelos próprios integrantes de carreira de Procurador, sua decisão não será final, devendo ficar expressa a possibilidade de interposição de recursos.

EMENDA AO

PROJETO DE LEI N.º 177/77

Substitua-se o parágrafo único do artigo 18, pelo seguinte:

"Art. 18 — ...

Parágrafo único — As Sub-Procuradorias Regionais serão criadas ou extintas por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Procurador Geral do Estado, cujos cargos

serão criados por lei.”

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Evidentemente, a criação de Sub-Procuradorias importará no deslocamento de funcionários ou na criação de novos cargos.

Dando-se poderes totais ao Chefe do Executivo, estaremos, não só desprestigiando o Poder Legislativo, como criando uma situação jurídica irregular.

Além do mais, a delegação de poderes para a criação de cargos é vedada pela Constituição Estadual.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Substitua-se o texto do artigo 19, pelo seguinte:

“Art. 19 – À Representação Judicial em Brasília, exercida preferencialmente por Procurador ou Procuradores designados e, eventualmente, por advogado contratado, compete intervir nas causas de interesse do Estado perante os Tribunais Federais e órgãos administrativos superiores sediados na Capital Federal, mediante delegação de poderes do Procurador Geral do Estado.”

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O Estado não terá Procuradores de confiança?

E o dispêndio de honorários?

Vamos prestigiar, inicialmente, os nossos advogados, e, somente nos valer de alienígenas, na impossibilidade total ou extrema necessidade de contratar-se juristas de renome nacional, quando os nossos, por qualquer motivo, não possam acompanhar os feitos naquela superior instância.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Substitua-se o § 1.º do artigo 26, pela seguinte redação:

“Art. 26 – ...

§ 1.º – Para a nomeação, será obedecida a ordem de classificação no concurso, prevalecendo, no caso de empate, a data da inscrição definitiva na Ordem dos Advogados do Brasil. Persistindo o empate, serão obedecidos os critérios de desempate previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O projeto prevê apenas 1 (um) critério de desempate.

Ocorre que deve prevalecer a DATA da inscrição na OAB, e, não o seu número de ordem, pois, é sabido que vários advogados prestam compromisso na mesma data, sendo o número de inscrição irrelevante.

Da mesma maneira, pode ocorrer que sejam apresentadas inscrições de Estados diferentes, cujos números nada possam esclarecer para o desempate.

Lembramos, também, que as inscrições na OAB podem ser feitas desde solicitador acadêmico até a definitiva, esta última, mediante apresentação do diploma devidamente registrado.

Por outro lado, dada a possibilidade de permanecer o empate, nada mais justo do que se adotar os critérios de desempate previstos pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado, Lei Complementar regulamentadora dessa matéria.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Substitua-se o artigo 27 e seu parágrafo único, pelo seguinte, suprimindo-se o artigo 39:

“Art. 27 – As promoções na carreira de Procurador do

Estado serão feitas alternadamente por merecimento e antiguidade.

§ 1.º – Somente depois de 2 (dois) anos de efetivo exercício na respectiva classe, poderá o Procurador do Estado ser promovido por qualquer dos critérios indicados neste artigo.

§ 2.º – Se dentro da mesma classe não houver nenhum integrante com interstício cumprido, todos poderão concorrer para promoção, independentemente do prazo previsto no parágrafo anterior.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A faculdade prevista no artigo 7.º, inciso IV, “in fine”, é aquela que permite a recusa do mais antigo pelo voto “imparcial” de apenas 4 (quatro) de seus próprios colegas, todos eles em posição hierarquicamente inferior. ...

Quanto aos parágrafos, por si só justificam a proposição, sendo que o § 2.º deixa melhor situado, neste plano de lei, o disposto no artigo 39.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Acrescente-se no artigo 31, alíneas “d” e “e”, com a seguinte redação:

“Art. 31 – ...

a) – ...

b) – ...

c) – ...

d) – com maior prole;

e) – com mais idade.”

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(aa) Fidelcino Tolentino

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Tais itens estão expressos no artigo 83 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado), em complemento à sequência já adotada no plano de lei que ora se discute.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Acrescente-se ao artigo 32, parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 32 – ...

Parágrafo único – A decisão do Conselho será proferida em 15 (quinze) dias, e havendo voto divergente, caberá recurso em 8 (oito) dias ao Secretário da Justiça, que decidirá em 15 (quinze) dias.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O Conselho, conforme ficou esclarecido nas emendas anteriores, é formado por colegas do reclamante. Logo, deve ser previsto recurso final para autoridade maior, no caso, o Secretário de Estado.

Por outro lado, a fixação de prazos é uma exigência da lógica processual e visa evitar a delonga nas decisões, a fim de que não haja prejuízos às partes, nem emperramento dos objetivos da norma em exame.

EMENDA AO

PROJETO DE LEI N.º 177/77

Suprima-se o artigo 41.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

É inteiramente inconstitucional!!!

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Substitua-se a redação do artigo 36, pela seguinte:

“Art. 36 – Nos 30 (trinta) dias seguintes à publicação desta lei, atendendo às peculiaridades da Procuradoria Geral do Estado, o Poder Executivo regulamentará o concurso interno e nomeará a banca examinadora, composta de 5 (cinco) membros, que, sob a presidência de um deles, eleito entre si, aplicará a prova e divulgará os resultados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias”.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de concurso público de alto nível, os membros da banca examinadora deverão ter autonomia para eleger seu presidente.

Por outro lado, de nada adiantaria prever-se prazo para início do concurso, sem estabelecer o seu término, o que seria uma incongruência.

A emenda proposta virá sanar essa particularidade jurídica.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 177/77

Substitua-se o artigo 40, pelo seguinte:

“Art. 40 – A Engenheiro, Contador ou outro profissional devidamente qualificado, do Quadro Único ou dos Quadros Próprios, designados para prestar serviços na Procuradoria Geral do Estado, como assistentes-técnicos ou peritos judiciais, será paga gratificação correspondente a 7,5% (sete e meio por cento)

do respectivo vencimento-padrão, durante o período de prestação de serviços no órgão, bem como 50% (cinquenta por cento) da verba de honorários de perito fixados nas ações em que funcionarem e nas quais seja dado ganho de causa ao Estado.”

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Se os Bacharéis em Direito podem participar da metade da condenação na verba de honorários, por que não deferir-se semelhante benefício aos peritos?”

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO – REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Lei n.ºs 09/78, 16, 18 e 21/78.

EM VOTAÇÃO – 2.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 59 e 135/77.

EM VOTAÇÃO – 1.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 08/78 e 04/78 e Resolução n.ºs 06, 07, 08, 10, 13, 14/78.

1.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n.ºs 11, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33 e 34/78.

Levanta-se a sessão.